

OS DESAFIOS PARA UMA EXPERIÊNCIA TRANSEXUAL SAUDÁVEL NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Celso Edemundo Xavier Junior¹

Victoria Luzia Antunes Grothe²

RESUMO

Esse artigo científico tem como objetivo discutir aspectos histórico-sociais acerca da marginalização da transexualidade no Brasil e os desafios encarados dentro e fora das instituições de saúde para a garantia de uma experiência transexual saudável, enfrentando as violações de direitos dessa comunidade no país. Através de revisão narrativa e uma seleção bibliográfica com autores referência nos construtos analisados, foram reunidos dispositivos literários que endossassem essa ótica que coloca um contingente entre identidade de gênero, cultura e saúde coletiva. Noções de autoconceito estão diretamente ligadas a estereótipos de gênero, e vivemos em um país que tem em sua estrutura uma sociedade histórica-majoritariamente cisnormativa, que cerceia a liberdade de expressões plurais de identidades, acarretando um processo de subtração de direitos básicos e violências pautadas em estigmatização. Mesmo que já tenham sido alcançados avanços em virtude de políticas públicas de garantia de direitos para essa minoria, ainda há muito para ser feito, e cabe também aos profissionais da psicologia o fortalecimento de processos que contribuam na desconstrução desse sistema engessado, despatologizando esse modo de ser no mundo e munindo-se de recursos que ajudem a promover saúde e bem-estar dessa população, legitimando sua existência.

Palavras-Chave: Gênero, Identidade, Psicologia, Transexualidade, Políticas Públicas, Saúde Coletiva.

ABSTRACT

This scientific article aims to discuss social-historical aspects about the marginalization of transsexuality in Brazil and the challenges faced inside and outside health institutions to guarantee a healthy transsexual experience, facing violations of the rights of this community in the country. Through a narrative review and a bibliographic selection with reference authors in the analyzed constructs, literary devices were gathered that endorse this perspective that places a contingent between gender identity, culture and collective health. Notions of self-concept are directly linked to gender stereotypes, and we live in a country that has in its structure a mostly cis-normative historical society, which restricts plural expressions of identities, resulting in a process of subtraction of basic and violence based on stigmatization. Even though advances have already

¹ Graduando do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Ribeira – Registro/ SP

² Psicóloga, Especialista, Docente/Orientadora do Centro Universitário do Vale do Ribeira - Registro – SP

been achieved due to public policies to guarantee rights for this minority, there is still much to be done, and it is also up to psychology professionals to strengthen processes that contribute to the deconstruction of this plastered system, depathologizing this way of being in the world and providing resources that help to promote the health and well-being of this population, legitimizing its existence.

Keywords: Gender, Identity, Psychology, Transsexuality, Public Policy, Collective Health.

RESUMEN

Este artículo científico tiene como objetivo discutir aspectos histórico-sociales sobre la marginación de la transexualidad en Brasil y los desafíos enfrentados dentro y fuera de las instituciones de salud para garantizar una experiencia transexual sana, frente a las violaciones de los derechos de esta comunidad en el país. A través de una revisión narrativa y una selección bibliográfica con autores de referencia en los constructos analizados, se recopilaron dispositivos literarios que avalan esta perspectiva que sitúa un contingente entre identidad de género, cultura y salud colectiva. Las nociones de autoconcepto están directamente ligadas a los estereotipos de género, y vivimos en un país que tiene en su estructura una sociedad históricamente mayoritariamente cis-normativa, que restringe las expresiones plurales de identidades, resultando en un proceso de sustracción de derechos y violencia basada en la estigmatización. Si bien ya se han logrado avances gracias a las políticas públicas para garantizar los derechos de esta minoría, aún queda mucho por hacer, y también corresponde a los profesionales de la psicología fortalecer procesos que contribuyan a la deconstrucción de este sistema enyesado. despatologizando esta forma de ser en el mundo y brindando recursos que ayuden a promover la salud y el bienestar de esta población, legitimando su existencia.

Palabras clave: Género, Identidad, Psicología, Transexualidad, SUS, Políticas Públicas, Salud Colectiva.

INTRODUÇÃO

No contexto histórico das sociedades ocidentais, as culturas sempre definiram os papéis sociais através do construto gênero, que por sua vez é atualmente definido em um sistema binário que sofre forte influência do modelo médico-biológico, tendo como papel principal a expressão de feminilidade ou masculinidade de acordo com as normas sociais estabelecidas. (BUTLER, 2018)

Intrinsecamente, surgiu diante disso o fenômeno da transexualidade, um modo de ser no mundo que diverge dessa estrutura dominante cis-hetero-normativa, e por consequência, desencadeou um grande processo de marginalização dentro da dinâmica social, acarretando processos de exclusão, privação de direitos e tornando esse grupo um público alvo de violências por parte de outros indivíduos e por instituições que

amiúde agem como espaços de reprodução de preconceitos e estigmas. (CRP - BA, 2018)

Partindo dessa premissa na qual gênero é uma construção social que interfere na maneira com a qual o indivíduo experimenta determinada identidade, definindo lugares através de posições de poder, como podemos definir o papel do psicólogo na despatologização da transexualidade, na criação e implementação de políticas públicas que garantam acesso a serviços de saúde de qualidade para essa população e quais são os caminhos para que se reitere o direito a uma experiência transexual saudável à nível biopsicossocial desses usuários? (BUTLER, 2018; CRP BA, 2018)

Desta forma fornecer reflexões que contribuam com a desestigmatização da população transexual e do fenômeno da transexualidade, analisar de maneira concisa a relação entre sujeito transexual, cultura e sociedade, considerando uma contingência entre esses três fenômenos, contextualizando aspectos que moldaram a maneira com a qual os processos de exclusão aconteceram e apontar ferramentas presentes dentro das normas de atuação do psicólogo no que diz respeito a saúde dessa população.

METODOLOGIA

Este artigo científico adota como metodologia de pesquisa a revisão narrativa, que consiste em um método de seleção bibliográfico que oferece recursos para contextualização de assuntos amplos, simplificando o processo de pesquisa com observância a um rigor metodológico, respeitando a liberdade do autor na definição dos critérios de escolha das fontes que melhor irão responder a problemática levantada por ele (CESARIN. et al., 2020).

Assim sendo, foram buscados na literatura de diferentes períodos da história recente dispositivos literários que serviram de base para este artigo, perpassando tanto por textos que se pautam em uma visão retrógrada acerca de questões de gênero, identidade, ética e saúde pública, quanto com publicações mais recentes, a fim de expor avanços originários de uma luta histórica da população transexual do Brasil.

Destaca-se a importância dos profissionais da psicologia em todo o processo, ressaltando a necessidade de formação crítica contra a violação de direitos humanos, e a importância de orientações técnicas para toda a categoria no que diz respeito ao estado de bem estar desses usuários dos serviços de saúde, e para pontuar isso, o artigo vale-se de autores considerados referências para esta discussão, como Calvin Springer Hall,

Diane E. Papalia, Gardner Edmund Lindzey e Judith Butler, referências nos estudos sobre gênero, desenvolvimento humano e identidade, além das referências técnicas mais conhecidas no Brasil como CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Associação Americana de Psiquiatria, Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, e Ministério da Saúde.

RESULTADOS

Após traçar através de revisão narrativa os caminhos percorridos para a construção de identidade e autoconceito dos indivíduos, evidenciou-se que este processo é atravessado por uma série de fatores estruturais, no caso deste estudo em específico, constatou-se como essa construção é atravessada por preconceitos reforçados pela tipificação sexual e estereótipos de gênero, que geram processos de exclusão e estigmatização da comunidade transexual no Brasil, patologizando essas identidades e interferindo nas noções de autoconceito dos mesmos, acarretando em um cerceamento de possibilidades dentro de identidades transgêneras, subtraindo direitos básicos, e gerando processos de adoecimento decorrentes de violências não apenas físicas, mas também institucionais, privando-os de acesso a espaços, educação, trabalho e saúde de qualidade.

O QUE É GÊNERO?

O termo gênero possui uma definição constantemente alargada, sendo frequentemente alvo de estudos e alterações, pode-se atribuir a este construto um grande papel nas dinâmicas de convivência do ser humano, tendo demasiada importância quando abordamos questões acerca do desenvolvimento do indivíduo, pois, ser homem ou mulher envolve também tipificações em seu modo de ser, se vestir, se comportar, em suas expectativas, a maneira como se divertem, como se percebem e percebem os demais, pois sendo um ser sócio-histórico, afeta e é afetado pelo meio, constrói a partir da relação com o outro sua historicidade (PAPALIA, 2013).

Deste modo, “a área que envolve sexo e gênero é altamente controversa e resultou em uma proliferação de termos cujos significados variam ao longo do tempo entre as disciplinas e dentro delas” (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2013). Com o início dos estudos antropológicos no Brasil em meados dos anos 80, as

questões de gênero começaram a ser levantadas e abordadas como objeto de estudo, porém com um outro olhar, mais voltado para a luta por igualdade política, social e econômica das mulheres, que acabou servindo como ponto de partida para que os olhares se voltassem para uma crítica a esse sistema (CORRÊA, 2003). Ainda sob o olhar da antropologia, podemos encontrar dentro dos dicionários uma breve definição desse objeto de estudo, “A forma como se manifesta social e culturalmente a identidade sexual dos indivíduos.” (FERREIRA, 2002).

Uma das pioneiras nas discussões de gênero, Judith Butler, desenvolve estudos acerca dessas questões desde meados dos anos 90, e revolucionou-os trazendo em algumas de suas publicações mais famosas “*Gender Trouble*” e “*Undoing Gender*” uma visão holística das possibilidades de consonância entre o biológico e o psicológico (AMBRA. SILVA. 2014). Butler (1990) define “gênero” como o mecanismo pelo qual as noções de feminino e masculino são produzidas e naturalizadas, mas deve igualmente ser o aparato pelo qual esses termos são desconstruídos e desnaturalizados, sendo assim, a cultura é quem determina os papéis sociais definidos através da tipificação sexual, exercendo de certa forma uma coerção sobre o indivíduo e limitando-o.

TIPIFICAÇÃO SEXUAL

A distinção entre masculino e feminino se dá na maior parte das atividades cotidianas, posto isso, é através do estudo das massas que são desveladas as características socialmente adequadas que vão guiar os comportamentos tidos como "normais" e "anormais" utilizando de critérios como que roupa, profissão, hobbies, entre outros servem para determinado gênero. Essas características correspondem à tipificação sexual, os "estereótipos de gênero" (PAPALIA, 2009 apud ZOSULS et al. 2013).

Estudos mostram que essa distinção começa desde cedo, ainda quando bebês, é possível notar que há uma diferenciação nas respostas que são dadas ao ouvir uma voz masculina ou feminina, na distinção de faces a partir dos nove meses, ou até mesmo com o início do desenvolvimento da comunicação oral quando utilizam as palavras “papai” ou “mamãe para discernir pessoas (PAPALIA, 2009 apud ZOSULS et al. 2013).

Corroborando também com esta linha de raciocínio, segundo Freud, é aproximadamente perto dos 3 anos de idade que as crianças começam a perceber em si

suas características genitais, e de acordo com sua criação, é nessa fase em que os pais começam a limitar para as crianças quais são os comportamentos adequados para o sexo biológico ao qual elas nasceram (HALL, LINDZEY, CAMPBELL, 2000).

Ou seja, a tipificação sexual impacta diretamente a formação psíquica da criança, inibindo de certa forma uma auto exploração saudável, pois a mesma passa a imitar modelos, reproduzir comportamentos socialmente aceitos para determinado gênero, sendo repreendidas ao propor variações dos mesmos. (PAPALIA, 2013)

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Quem somos? É a partir dessa pergunta que se inicia o processo de construção da nossa identidade, a busca por respostas, quais são nossos medos, manias, virtudes, tudo provindo de um longo processo de autoconhecimento que varia de pessoa para pessoa, sem uma idade certa para se ter início, mas que orienta a maneira com a qual se define o autoconceito e orienta a maneira com a qual nos comportamos. (PAPALIA, 2013)

A partir do nascimento, o indivíduo recebe uma gama de informações que são processadas aos poucos, possibilitando a compreensão do mundo. Para Papalia (2013), é nessa fase que os bebês começam a discernir características através de padrões que se formam no inconsciente mesmo sem um entendimento do mundo.

Entretanto, com o desenvolvimento do sujeito, a necessidade de construir seu autoconceito só vai aumentando, já que conforme a criança cresce, tem-se a necessidade de criar vínculos sociais para que no futuro ela se sinta pertencente ao meio. Ademais, ao crescer e conviver em sociedade, ela começa a entender a importância de conhecer a si mesma e suas particularidades, pois durante a adolescência, ao passar por essas experiências, sua identidade passa a se descolar dos demais indivíduos, criando-se o sentimento de que é um ser humano único, preparado para exercer um papel na sociedade, desenvolve-se a inteligibilidade de sua identidade, traçando-se metas, e maneiras de alcançá-las, baseadas em suas características pessoais (HALL, LINDZEY, CAMPBELL, 2000).

Durante o processo de construção da identidade, existem maneiras com as quais o ser humano pode identificar o seu gênero, considera-se cisgênero a pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi designado ao nascer, ou então transgênero, aquela que não tem essa identificação com o gênero ao qual foi designada ao nascer. A

Identidade de gênero relaciona-se com os diversos âmbitos da vida do indivíduo, devem-se considerar possibilidades de dissonância entre os marcadores biológicos e o desenvolvimento de uma identidade masculina, feminina, ou não binária (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

A DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSGENERIDADE

Para entender o caminho percorrido até a despatologização das identidades transexuais, precisamos nos remontar à década de 1970, onde foi dado um dos passos mais importantes dentro de toda essa luta, em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade da lista de transtornos mentais, abrindo um grande espaço para discussões em torno de temáticas voltadas para a saúde LGBTQIA+, e no Brasil, pouco mais de dez anos depois, em 1985, o Conselho Federal de medicina faz o mesmo, até que em 1990, a Organização Mundial da Saúde reitera a decisão. (CRP, 2019)

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia - CFP deu mais um passo em direção a garantia da humanização nos serviços de saúde para a população LGBTQIA+, apesar das práticas de reversão, ou qualquer outra que tivesse como premissa apagar as subjetividade do ser humano, já fossem proibidas pelo código de ética da categoria, o CFP se posiciona através da norma 01/1999, que diz respeita a orientações técnicas da atuação de psicólogos quanto questões de orientação sexual, posicionando-se contra tratamentos, reversões ou promoção de cura de algo que não é compreendido como transtorno, desvio ou doença, respaldando a liberdade de escolha de cada indivíduo e o respeito às pluralidade humana.

Ao falar em Sistema Único de Saúde, existia até pouco tempo atrás uma dicotomia no tratamento de transexuais por parte de área da saúde, de um lado os psicólogos que utilizam como referência o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-5 (2013) que aboliu desde 2013 o termo transtorno, adequando-o ao termo *Disforia de Gênero*, compreendendo a transexualidade de uma maneira não patologizada. Já os profissionais da medicina que tem como base nos atendimentos em saúde coletiva a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID-10 (1993), pois nem todas as instituições já adotam o CID 11 (2019), utilizavam ainda até 2018 o termo TIG (Transtorno de Identidade de Gênero), e tal diagnóstico era a única garantia dessa população ao acesso

de alguns tratamentos dentro da rede pública, como os tratamentos hormonais e até mesmo a redesignação sexual.

Com a mudança que ocorreu em 2018 através de uma nota técnica da OMS - Organização Mundial da Saúde, que passou a desconsiderar a transgeneridade como transtorno, passando a ser incluída dentro de um novo capítulo intitulado “condições relacionadas à saúde mental” como “incongruência de gênero”. Ainda em 2018 o Conselho Federal de Psicologia articulado com diversos conselhos regionais de Psicologia, reitera o compromisso da categoria com a práxis voltada para autonomia e bem-estar biopsicossocial dos indivíduos, lança também a nota técnica 01/2018 que complementa a nota técnica 01/1999, pois a mesma não contemplava a população de transexuais, travestis ou outras identidades de gênero não hegemônicas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018; CRP BA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a demanda cada vez maior de casos de transexuais procurando os serviços de saúde mental graças aos avanços sociais, se vê também maior a necessidade de buscar formação técnica de qualidade, investir em estudos e profissionais capacitados dentro da psicologia, pois existe um leque de fatores a serem analisados no processo de desenvolvimento humano.

Deve-se entender acima de tudo, o quão difícil é a busca por uma experiência transsexual saudável no Brasil, não falando apenas no acesso a saúde de qualidade, que hoje, é garantido tanto em constituição, quanto através de normas técnicas da categoria, mas também do ponto de vista das questões acerca do adoecimento por conta da pressão social, das discriminações e violências sofridas, das expectativas dentro do país que mais mata essa população no mundo. Cabe à categoria, lutar contra a Transfobia (termo popularizado pela militância para designar ataques preconceituosos contra transexuais no geral) dentro e fora das instituições de saúde, sendo a formação crítica uma das peças fundamentais para uma boa práxis, que respeita a pluralidade.

REFERÊNCIAS:

ANTRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em**

2021. 2022. Disponível em:
<<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso
em: 17 mai. 2022

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-V: MANUAL DE DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICA DE TRANSTORNOS MENTAIS**. 5ª ed. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2013.

CESARIN, S. T. et al. Tipos de revisão da literatura. **JOURNAL OF NURSING AND HEALTH**. v.10, n.5, 2020. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924/11996>>. Acesso em: 13 abr. 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **RESOLUÇÃO CFP Nº 001/99 DE 22 DE MARÇO DE 1999**. 1999. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 04 jun, 2022

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS**. 2018. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/transexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/> Acesso em: 20 mar. 2022

CORRÊA, M. A questão do gênero na história da antropologia no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. v.19, n.55, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a10v1955.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2022

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 3ª REGIÃO – BAHIA. **Psicologia, Sexualidades e Identidade de Gênero: Guia de referências técnicas e teóricas**. 2018. Disponível em:
<https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2022

FERREIRA, A. B. H. **NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. 2. ed.
Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

HALL, C. S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J. B. **TEORIAS DA PERSONALIDADE**.
4. ed. Editora Artmed, 2000.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **DESENVOLVIMENTO HUMANO**. 12. ed.
Porto Alegre: Editora Amgh, 2013.